

# CIBERCULTURA E VIOLÊNCIA: AÇÕES EDUCATIVAS CONTRA O ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

Telma de Brito Rocha<sup>(\*)</sup>

## INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas que estruturam a nossa sociedade têm desencadeado significativas alterações na produção da economia, da cultura e nos modos de percepção. Com isso, surgem outras referências para a constituição dos processos de subjetivação do homem contemporâneo.

Agora, estruturados pelas tecnologias, os sujeitos reelaboram suas formas de se relacionar com o tempo e o espaço, criando novas maneiras de socialização em rede. A interação mediada pelo computador tem contribuído para transformar o modo como esses indivíduos constituem a si mesmos, e modulam suas identidades a partir da relação com o outro.

Redes sociais digitais, espaços que reúnem um conjunto de pessoas (ou organizações) conectadas virtualmente por relações sociais, como amizades, atividades, ou intercâmbio de informações, se caracterizam também como meios que promovem formatos de exposição da vida íntima e privada.

A sociedade, as individualidades em rede, essa exposição de si, facilitou a execução e a disseminação de práticas ilícitas, delitos existentes no mundo *offline*, agora potencializados pela comunicação todos com todos na rede mundial de computadores.

Sendo assim, a criminalidade não é um fenômeno alheio a essas transformações. Como a rede é um espaço de socialização como qualquer outro, mediado por ações de indivíduos que fazem parte dela, a violação dos direitos humanos também ocorre neste espaço, agora com características sofisticadas por meio das tecnologias.

Os crimes de ódio praticados no ciberespaço, entre eles, racismo, preconceito, homofobia, bem como a pedofilia, aumentaram significativamente no momento em que vivemos a amplitude e organização em rede. Neste sentido, a escola e toda sociedade devem estar atentas ao assédio

---

<sup>(\*)</sup> Professora de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Orcid: <<https://orci.org/0000-00002-8389.4542>>.

sexual, à pornografia infantil, ao comércio e divulgação desses materiais, ao tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, às mensagens de ódio contra minorias.

O presente texto tem como objetivo apresentar resultados do projeto de extensão: Ações educativas para a prevenção da violência virtual em escolas públicas da educação básica, vinculado à Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob minha coordenação, realizado em parceria com o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Anísio Teixeira, situado no Bairro da Caixa D'água, periferia de Salvador.

A opção em realizar este projeto de extensão em escolas de educação básica, se deu por conta do aumento das divulgações das mensagens de assédio, difamação, intimidações em redes sociais, crimes virtuais que na era da Cibercultura ganham visibilidade e organização em rede internet.

Diante da desconexão de práticas educativas dissociadas dos desafios de educar na cibercultura, a opção foi trabalhar com uma didática crítica, intercultural que supere as dicotomias escola-sociedade, teoria-prática, conteúdo-forma, técnico-político, ensino-pesquisa.

Segundo Pimenta, (2010, p. 16) essa desconexão se refere à falta de

[...] clareza de professores e pesquisadores em relação à natureza, objeto e método no campo da educação. Desde o entendimento de que a didática tem como objeto de investigação o ensino como prática social complexa em situações historicamente contextualizadas [...].

Nesse sentido, a autora aponta novas demandas investigativas para a prática educativa no século XXI, como os temas da subjetividade e complexidade, práticas interdisciplinares e multiculturais, tecnologias da comunicação e informação.

### ***Metodologia***

As escolhas teóricas para dialogar com as dinâmicas concretas deste projeto de extensão foram orientadas pelo interesse e posicionamento com relação aos objetivos propostos. Neste sentido, o projeto estabeleceu um olhar investigativo sobre o campo de interseção da educação com as tecnologias de informação e comunicação.

Para fundamentar a entrevista buscamos suporte em Richardson e colaboradores (1989), que consideram que esse recurso pode oferecer indicadores adequados às variáveis em exame, além de propiciar aos entrevistados exprimir com clareza questões da sua experiência a respeito do referido projeto, “[...] revelando tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, concepções e ideias”. (CHIZZOTTI, 1988, p. 93).

A opção pela utilização do grupo focal como técnica de coleta de dados deu-se pelo fato de favorecer a discussão de experiências diversas, permitindo a interação grupal de valores básicos, que subsidiam as opiniões dos envolvidos. Escolhemos trabalhar com um grupo de representantes estudantis que voluntariamente desejaram participar do projeto. Segundo Powell e Single (1996, p.449), o grupo focal é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema que é objeto de pesquisa a partir de sua experiência pessoal.

Essa escolha considerou a complexidade do objeto e seus referenciais associados. A proposta estabeleceu uma base triangular de análise abordando a dimensão dos usos das redes sociais digitais, a dimensão sócio-política-cultural dos discentes envolvidos e a dimensão pedagógica (prevenção de crimes virtuais/ uso seguro da internet). Nesse contexto, contribuímos, portanto, com a construção de práticas educativas conjuntamente com o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Anísio Teixeira.

O Projeto de Extensão desenvolveu-se em quatro etapas. Na primeira etapa, identificamos - através de um questionário produzido pela equipe do projeto - o comportamento dos discentes no que tange o uso que estes fazem da internet, a fim de refletirmos sobre quais medidas deveriam ser estabelecidas para a prevenção da violência virtual. Na segunda etapa, compartilhamos resultados da pesquisa com a instituição, seus gestores e docentes e as estratégias de trabalho e proposições pedagógicas.

Na terceira etapa, realizamos oficinas com a instituição de ensino parceira, trabalhando com os representantes e vice representantes de turma e demais discentes do 1º ao 4º ano do Ensino Médio – totalizando 83. Os temas dessas oficinas foram gerados através de resultado da pesquisa, primeira etapa deste trabalho, bem como de interesses levantados entre discentes. Ao todo trabalhamos com sete temas que englobam internet e a violência virtual: redes sociais, racismo, *cyberbullying*, pedofilia, nudes, haters, *fake news*.

Na quarta etapa, utilizamos as cartilhas analisadas em conjunto com o Programa Institucional de Iniciação Científica em Ações Afirmativas, Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação da Universidade Federal da Bahia (PIBIC-AF), compartilhadas online entre discentes e docentes para compor um acervo na escola sobre o uso seguro da internet.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> As cartilhas podem ser acessadas em [<http://telmabr.blogspot.com/2018/05/dicas-de-cartilhas-para-prevencao-da.html>]

### ***Orientação teórico-metodológica***

De acordo com Libâneo (2012), em artigo intitulado Diálogos entre didática e currículo, a didática tem como objeto de estudo o processo de ensino aprendizagem em sua globalidade, isto é:

[...] suas finalidades sociais e pedagógicas, os princípios, as condições e os meios da direção e organização do ensino e da aprendizagem, pelos quais se assegura a mediação docente de objetivos, conteúdos, métodos, formas de gestão do ensino, tendo em vista a apropriação de experiências humanas, social e historicamente desenvolvidas”. (LIBÂNEO, 2012, p. 39)

A conceituação de Libâneo coloca a didática em relação direta com os aspectos histórico e social, supera a visão instrumental que a didática ainda hoje possui entre professores, àquela que relaciona a disciplina a procedimentos técnicos de “como ensinar”, por meio de prescrição de normas e regras, sem problematizar para “quem ensinar”, o que torna esses aportes teóricos insuficientes para compreensão da complexidade da mediação didática.

O autor considera a didática como mediação escolar dos objetivos e conteúdos do ensino, além de propor que a didática deve investigar as condições e formas que vigoram no ensino, ao mesmo tempo, que os seus fatores reais (sociais, políticos, culturais, psicossociais).

Nas duas últimas décadas, verificamos o aumento significativo da produção científica no campo da didática, especialmente, durante os Encontros Nacionais de Didática e Práticas de Ensino – ENDIPE, bem como o GT de Didática da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Sobre a pesquisa contemporânea em didática as autoras Maria Inês Marcondes, Miriam Soares Leite e Vania Finholdt Leite, realizaram em 2011 uma análise de trabalhos apresentados no GT Didática nas 27<sup>a</sup> a 31<sup>a</sup> reuniões anuais da ANPED, do período de 2004 a 2008, visando contribuir para a necessária problematização da dimensão propositiva dessa produção. As autoras levantaram as seguintes categorias após análise de setenta e quatro trabalhos: didática, cotidiano escolar, formação de professores, ensino superior.

A categoria cotidiano escolar focalizou o estudo da sala de aula, englobando a compreensão de como ocorrem as interações entre docentes e discentes, os processos de construção do conhecimento pelos alunos e os desafios colocados aos professores.

Na constatação das autoras, existe uma diversidade de assuntos e enfoques nos artigos estudados. Para Marcondes, Leite M. e Leite V., (2011, p. 328):

De fato, apesar de pertinentes, o grande número de recortes diferenciados de pesquisa dificulta a possibilidade de síntese dos conhecimentos produzidos, o que viabilizaria construções de maior impacto

potencial nas práticas educacionais. Por outro lado, tampouco parece fazer sentido pretender controlar tal diversidade, que entendemos responder à crescente complexidade da realidade educacional do país.

Segundo Candau (2008a, p.178)

[...] é possível afirmar que o campo da Didática está no momento atual sendo desafiado por novas problemáticas. Talvez mais do que uma questão de dispersão, é possível interpretar esta realidade como um momento de desestabilização e diversificação, em que emergem uma pluralidade de enfoques, temáticas e problemáticas.

Destacando os trabalhos sobre tecnologias e educação, as questões da identidade e diferença, o multiculturalismo, desafios às práticas em sala de aula. Nesta perspectiva, Vera Candau, nos chama a atenção para a necessidade de ressignificar a perspectiva crítica no âmbito da educação e da didática. A autora, desde 1980, vem estudando as relações entre educação e cultura(s), nos diferentes espaços educativos, com finalidade de contribuir para que a escola possa repensar, de maneira crítica, a questão das diferenças culturais, na pluralidade de suas manifestações e dimensões. Segundo a autora, a escola deve:

[...] promover uma educação para o reconhecimento do outro, o diálogo entre os diferentes grupos socioculturais. Uma educação para a negociação cultural, o que supõe exercitar o que Santos denomina hermenêutica diatópica. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (CANDAU, 2008b, p. 54)

Nessa perspectiva, os sujeitos estruturados pelas tecnologias, reelaboram suas formas de se relacionar com o tempo e espaço e criam novas maneiras de socialização em rede. A interação mediada pelo computador tem contribuído para transformar o modo como esses indivíduos constituem a si mesmo e modulam suas identidades a partir da relação com o outro. As tecnologias possibilitaram inúmeras maneiras de disseminação de informações entre sujeitos de lugares e culturas diferentes.

Contudo, mesmo a rede internet sendo fomentadora no que tange a projeção de conhecimento dos indivíduos, também é um ambiente “[...] fértil para a ampliação de aspectos conflituosos de realidade palpável e do relacionamento social, como o ódio e todas suas manifestações” (SANTOS, 2016, p 12).

Nesse sentido, Rocha (2012, p.19), entende que a violência

[...] precisa ser interpretada e definida em suas várias faces, interligada em rede, e por meio dos eventos em que se expressa, repercute e se reproduz através da linguagem. Tal discussão mostra-se bastante profícua para se pensar a violência expressa através de discursos em ambientes digitais, pois a palavra também pode ser violenta, à medida que é invasiva e provoca algum tipo de constrangimento moral ou coação.

Para compreender a violência expressa através dos discursos em ambientes digitais, é preciso entender o que é o discurso de ódio. Para Marco Aurélio Moura dos Santos (2016, p. 6) o “discurso de ódio é um fenômeno social e midiático que se tornou um problema de ‘segurança pública’ para os Estados”. Apesar de ser um fenômeno que ascendeu virtualmente, esse crime não é novidade na sociedade brasileira, sempre existiu dentro de círculos e grupos sociais. Para ele, as redes sociais digitais, gradativamente, tornaram-se facilitadoras para a proliferação do discurso do ódio.

O discurso de ódio, originário do termo em inglês hate speech, pode ser definido como o conjunto de palavras que tende a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidades, nacionalidade, sexo ou religião ou que tem capacidade de instigar a violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas. Ele é o discurso que exprime uma ideia de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, menosprezando-os, desqualificando-os ou inferiorizando-os pelo simples fato de pertencerem àquele determinado grupo, motivado por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência, orientação sexual, nacionalidade, naturalidade, dentre outros. (SANTOS, 2016, p. 13)

O discurso do ódio se volta contra a diversidade humana, fere a atual Constituição Federal e, sobretudo, minimiza a segurança na internet. Assim, não há como considerar os indivíduos como totalmente iguais e situados num espaço tempo fixo, uma vez que o respeito à condição humana aponta para a diversidade da própria condição humana.

## RESULTADOS

Após aplicação de oitenta e três questionários, obtivemos um levantamento de dados sobre uso da internet e os indicadores de violência virtual entre os discentes.

Dos participantes do projeto, 85,5% foram do sexo feminino e 14,5% do sexo masculino. Todos possuem acesso à internet. As mulheres também são maioria na representação estudantil dentro da escola.

Em percentual, os celulares aparecem como recurso tecnológico mais utilizados para acessar internet com (98,8%), em seguida o computador/notebook (68,6%) e o tablet (9,6%). Os smartphones, cada vez mais, são desenvolvidos de maneiras que acoplam inúmeras funções de um notebook ou computador de mesa, sendo mais leve e simples de manusear, facilitando o acesso, troca e compartilha mais informações em um tempo reduzido, afinal, certos aparelhos [...] “foram criados especificamente para possibilitar a condução da informação de um ponto a outro do espaço e do tempo, ampliando significativamente as capacidades comunicacionais, intelectuais [...]” (NESPOLI, 2018, p. 173). (97,6%) dos discentes responderam que acessam a internet diariamente. A partir desse dado, nota-se que o tempo dos jovens imersos, “navegando no ciberespaço” (SANTAELLA, 2004, p. 16), faz com que eles presenciem virtualmente violência virtual e sejam possíveis protagonistas de cyberbullying nas redes sociais. Exponencialmente, a mobilidade das tecnologias digitais, por vezes, acaba por tirar “[...]o sossego das vítimas, o que faz do cyberbullying uma forma de violência invasiva que ameaça os indivíduos em diferentes locais” (ROCHA, 2012, p. 82).

Todos (100 %) os discentes participantes da pesquisa afirmaram possuir perfil em rede social digital “WhatsApp”, (90,4 %) possuem no Instagram, (89,2) possuem Facebook. Aqui, faz-se necessário salientar que dois casos de violência virtual relatados pelos alunos nas oficinas se iniciaram através de compartilhamentos no WhatsApp. Segundo eles, uma das vítimas em questão deixou a escola por sofrer ameaça de colegas da instituição e da vizinha de sua comunidade.

Perguntados se já sofreram violência virtual, promovida com discursos de ódio, ofensas, (9,6%) declararam ter sofrido este tipo de violência por ter expressado seu posicionamento político. (8,4%) alegaram emprego de discursos de ódio por declararem sua religião e (7,2%), por orientação sexual. O primeiro lugar demonstra duas problemáticas sociais de nossa atualidade: primeiramente, a polarização política que causa conflitos na vida online e *off-line*, casos que incitam discursos de ódio; a segunda problemática está relacionada ao desrespeito da opinião política de outrem, se vocês não pensam como eu e não vota no mesmo candidato/partido que eu, então você precisa ser desprezado, desrespeitado, eliminado. O segundo, relacionado a declaração de religião, também pode ser interpretado como racismo. A intolerância religiosa às religiões de matrizes africanas estão ligadas ao racismo estrutural, cultural e enraizado em nossa sociedade. Nesse caso, o discurso de ódio se volta contra a diversidade humana.

A partir da análise dos dados anteriores, iniciamos o processo de organização e realização das oficinas com representantes e vice representantes de turma do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Anísio Teixeira.

Na primeira oficina, nós apresentamos aos discentes o projeto e os objetivos propostos. Discutimos conceitos básicos sobre violência, violência virtual e discursos de ódio. Ouvimos deles diversos casos de violência virtual que se originaram dos conflitos dentro da instituição e outros que se deram fora do espaço da escola. Além disso, pedimos que opinassem sobre os temas das oficinas apresentadas a seguir.

Na segunda oficina, realizamos um debate acerca da pornografia infantil, da pedofilia na rede internet, e da proliferação das chamadas “nudes”. Com finalidade de fundamentar teoricamente a discussão sobre o tema, apresentamos a definição destes termos, bem como *haters*, termo em inglês, usado na internet para classificar pessoas que postam comentários de ódio em redes sociais. Assistimos ao terceiro episódio da terceira temporada da premiada série *Black Mirror*. Trata-se de uma série britânica de ficção científica e distopia, criada pelo jornalista e apresentador Charlie Brooker. A trama – de episódios independentes – é centrada em temas que abordam a sociedade contemporânea e sua relação com o avanço das tecnologias digitais. Os capítulos são ambientados em um presente alternativo – paralelo ao real – e em um futuro não muito distante. Sua estreia foi em 4 de dezembro de 2011, ganhando notoriedade apenas em 2015 quando foi comprada pelo serviço de streaming Netflix. Hoje, a série conta com quatro temporadas – totalizando dezenove episódios – e o episódio em questão, titulado de “Shut Up and Dance”, em português, “Manda Quem Pode”; conta a história de um adolescente que acessa pornografia infantil na internet, sofre *cyberbullying*, após seu notebook ser invadido, é filmado em um ato de masturbação enquanto acessava sites de pedofilia.

Findado o episódio, iniciamos um debate sobre a relevância do vídeo, ao mesmo tempo que discentes apresentavam casos já noticiados pela imprensa. Ressaltamos como esses atos podem ser evitados, falamos sobre a legislação brasileira que trata dos crimes relacionados à violência virtual, entre eles, registro não autorizado de intimidade sexual e divulgação sem consentimento, bem como, ameaça e extorsão, explicitados nos (Código Penal, Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990).

Ainda sobre o episódio, discutimos também a importância de preservarmos nossa privacidade – sobretudo nossa intimidade sexual – na internet. Salientamos que, mesmo confiando no receptor, não devemos compartilhar as chamadas “nudes”, pois, uma vez que essas mensagens caem na internet não temos controle de sua proliferação.

A terceira oficina, baseando-se na opinião dos discentes no encontro anterior e na proposta do projeto, teve como tema os “discursos de ódio na rede online como ressonância das *fake news*”.

Por ser um assunto atual e que incide diretamente na participação política na sociedade contemporânea, julgamos importante explicitar o conteúdo. Levamos para eles um apanhado histórico juntamente com alguns conceitos acerca do tema para iniciarmos o debate, além de vídeos e exemplos para construir o debate.

Fazia-se necessário entender que, da forma como conhecemos presentemente, as *fake news* surgiram na cidade de Veles, Macedônia. Paralelo com a campanha presidencial norte-americana de 2016, jovens entre 16 e 25 anos – popularmente conhecidos como Veles Boys – tornaram a pequena cidade no interior da Europa numa indústria de *fake news*. Em outubro de 2017, a emissora de TV “Globo News” fez um documentário intitulado *Fake News* baseado em fatos reais, – que foi exibido para os discentes no dia da oficina – a fim de entender o fenômeno das notícias falsas. No documentário, eles conseguiram entrevistar um desses Veles Boys que explicou o porquê dele e de seus amigos terem entrado no ramo das notícias falsas. Em resumo, Christian – que se identificou apenas com o primeiro nome –, um rapaz de 17 anos, afirmou que “fazia por dinheiro”, pois a Macedônia está assolada com o desemprego, principalmente para jovens na idade dele. O garoto assegurou também que criava *fake news* pró-Trump porque, segundo ele, os eleitores do atual presidente dos EUA eram menos críticos do que os de sua adversária Hillary Clinton e, assim, acreditavam em tudo que liam sem qualquer tipo de apuração.

Um exemplo notório do efeito maléfico das *fake news* no Brasil foi o caso de Marielle Franco (PSOL), quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro – nas eleições de 2016 – que foi executada a tiros em março deste ano no bairro do Estácio, região central da cidade. Cerca de três dias após a morte da vereadora, diversas *fake news* foram veiculadas a fim de mancharem a imagem de Marielle Franco. Estas foram compartilhadas por personalidades importantes da política brasileira, como deputados e desembargadores. As informações contidas nessas notícias era que Marielle namorava um traficante do Rio de Janeiro – conhecido como Marcinho VP – e que a vereadora estava conjurada com as milícias da cidade. Essas notícias falsas deram base para a produção e disseminação de discursos de ódio contra Franco e a sua ideologia. Levamos exemplos das *fakes news* e das ofensas póstumas proferidas à vereadora para enriquecer o debate.

Ao final, apresentamos aos discentes dicas sobre como identificar *fake news* retiradas do projeto truco, projeto de *factchecking* da agência pública de jornalismo investigativo, que tem como objetivo verificar falas, correntes e informações em circulação na internet e em redes sociais digitais a fim de checar se são verdadeiras ou não.

No decorrer das oficinas realizadas com discentes, e/ou com os representantes estudantis da instituição, foi possível perceber que alguns discentes, do 1º ao 4º ano, não sabiam a definição –

conceito – de etnia e nem a diferença entre etnia, raça e cor. Reportamos esse dado aos profissionais da escola, tendo em vista a vigência da lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. O efetivo cumprimento desta lei também é uma prevenção para crimes de racismo no Brasil, visto que grande parte do preconceito oriundo da população é um retrato da falta de conhecimento em relação à história do Brasil pelo viés do povo negro.

Segundo Candau (2003, p. 148) educar na perspectiva intercultural propõe supõe rever a própria noção de identidade unificada e estável, questionando o essencialismo que sustenta essa noção e favorecendo, desse modo, a crítica às diversas formas que o preconceito pode assumir.

Para Candau,

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas pra enfrentá-los. (CANDAUI, 2003, p. 148).

Assim, é preciso assumir no cotidiano escolar a tensão entre o ideal da igualdade e as demandas pelo reconhecimento da diferença, tensão que impõe a prática do diálogo radical e permanente sobre as questões do racismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Praticar violência virtual e disseminar discursos de ódio nas redes sociais podem causar danos sociais, morais, físicos, econômicos e psicológicos. Destarte, fica evidente a importância de a escola estar engajada nas questões que dizem respeito a prevenção dessa problemática dentro do seu ambiente. O projeto conseguiu identificar hábitos de navegação, analisar os fatores que operam como risco e insegurança nas redes sociais, desenvolver ações formativas para uso da internet segura.

É importante salientar que o avanço tecnológico e o acesso à internet, não devem ser responsabilizados pelo mal que acontece no ciberespaço, pois atrás de um computador ou smartphone tem um operador humano que manipula as interações. É fundamental que educadores

se apropriem mais sobre tecnologias, conhecendo as possibilidades de seu uso. Por outro lado, não se pode e nem se deve privar crianças e adolescentes do uso das tecnologias digitais, mas tem-se a obrigação de lhes ensinar a navegar na rede de maneira segura.

A internet é um espaço onde as pessoas podem interagir, contar suas experiências, ensinar coisas às outras pessoas, ser empático com as diversidades e debater as opiniões que possam ser diferentes, mas havendo respeito e, sobretudo, responsabilidade.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1968*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 10 de set. 2019.
- BRASIL. *Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)> Acesso em: 10 de set. 2019.
- CANDAU, V. M. Memórias, diálogos e buscas: aprendendo e ensinando. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 12, n. 3, p. 174-181, 2008a.
- \_\_\_\_\_. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Rev. Bras. Educ*, Rio de Janeiro, v.13, n. 37, p. 45-56, 2008b. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000100005>>. Acesso em: 10 de set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Didática e multiculturalismo: uma aproximação. In: LISITA, V. M.; SOUSA, L. F. (Org.). *Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1988.
- LIBÂNEO, J. C. Diálogos entre didática e currículo. ALVES, N. (Org.). *Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARCONDES, M. I.; LEITE, M. S.; LEITE, V. F. A pesquisa contemporânea em didática: contribuições para a prática pedagógica. *Educ. rev.* Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 305-334, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982011000300015>>. Acesso em: 10 de set. 2018.
- NESPOLI, E. Dispositivo (tecnológico). IN: MILL, D. (Org.). *Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância*. Campinas, SP: Papyrus, 2018.
- SANTAELLA, Lucia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.
- SANTOS, M. A. M. *O discurso de ódio em redes sociais*. São Paulo: Lura editorial, 2016.
- PIMENTA, S. G. Epistemologia da prática: resignificando a didática. In: FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (Org.). *Didática: embates contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2010.
- POWELL, R.; SINGLE, H. Focus Groups. *International Journal of Quality in Health Care*, Dublin, v. 8, n. 5, 1996.
- RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989.
- ROCHA, T. B. *Cyberbullying: ódio, violência virtual e profissão docente*. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

**RESUMO**

O texto tem como objetivo apresentar resultados do projeto de extensão ações educativas para a prevenção da violência virtual em uma escola pública. A proposta metodológica para o seu desenvolvimento situou-se numa abordagem quantitativa e qualitativa, uma vez que descreve a complexidade dos usos da rede internet, compreendendo e classificando processos dinâmicos vividos por esse grupo social. Foram realizadas quatro etapas: pesquisa sobre os usos da rede internet entre discentes, apresentação das proposições pedagógicas, realização de três oficinas e compartilhamento de cartilhas educativas. Resultados permitiram identificar hábitos de navegação, analisar os fatores que operam como risco e insegurança nas redes sociais, desenvolver ações formativas para uso da internet segura.

**Palavras-chave:** Redes Sociais. Violência Virtual. Ações Educativas.

**CYBERCULTURE AND VIOLENCE: EDUCATIONAL ACTIONS AGAINST HATE IN SOCIAL NETWORKS.****ABSTRACT**

The text objective to present results of the extension project educational actions for the prevention of virtual violence in a public school. The methodological proposal for its development was based on a quantitative and qualitative approach, since it describes the complexity of the uses of the internet network, understanding and classifying dynamic processes experienced by this social group. Four stages were carried out: research on the uses of the internet network among students, presentation of pedagogical propositions, three workshops and sharing of educational booklets. Results allowed us to identify browsing habits, analyze the factors that operate as risk and insecurity in social networks, develop training actions for the use of secure internet.

**Keywords:** Social Networks. Virtual Violence. Educational Actions.

**CIBERCULTURA Y VIOLENCIA: ACCIONES EDUCATIVAS CONTRA EL ODIO EN LAS REDES SOCIALES.****RESUMEN**

El texto tiene como objetivo presentar los resultados de las acciones educativas del proyecto de extensión para la prevención de la violencia virtual en una escuela pública. La propuesta metodológica para su desarrollo se basó en un enfoque cuantitativo y cualitativo, ya que describe la complejidad de los usos de la red de internet, entendiendo y clasificando los procesos dinámicos experimentados por este grupo social. Se llevaron a cabo cuatro etapas: investigación sobre los usos de la red de internet entre los estudiantes, presentación de propuestas pedagógicas, tres talleres y el intercambio de folletos educativos. Los resultados nos permitieron identificar hábitos de navegación, analizar los factores que operan como riesgo e inseguridad en las redes sociales, desarrollar acciones de capacitación para el uso de internet seguro.

**Palabras claves:** Redes Sociales. Violencia Virtual. Acciones Educativas.

*Submetido em Março de 2019  
Aprovado em Outubro de 2019*